

A EDUCAÇÃO EM ARENAS SOCIAIS MULTICULTURAIS.
REVALORIZAÇÃO DO PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL

*Education in multicultural social arenas. Revaluation
of the role of civil society*

*L'éducation dans des arènes sociales multiculturelles.
Révalorisation du rôle de la société civile*

Manuel BARBOSA

Departamento de Teoría da Educação e Educação Artística e Física.

Instituto de Educação. Universidade do Minho. 4710-057 Braga (Portugal).

Correo-e: mbarbosa@ie.uminho.pt

Fecha de recepción: marzo de 2011

Fecha de aceptación definitiva: julio de 2011

Biblid [(1130-3743) 23, 2-2011, 151-170]

RESUMEN

La acción educativa de la sociedad civil, debido a un enfoque excesivamente centrado en la escolarización, no ha sido valorada como debiera. Pero hoy en día, dada la necesidad urgente de crear futuros sociales viables en los espacios multiculturales de las grandes ciudades, tenemos que redescubrirla y recuperarla para esa tarea. El objetivo de este artículo, después de analizar la diversificación y la complejidad de los ámbitos sociales multiculturales como consecuencia de la inmigración masiva a las áreas urbanas cosmopolitas y de discutir, en este sentido, las alternativas que se presentan, con realismo y sostenibilidad, en relación al futuro en estas áreas, será revalorizar el potencial educativo de las instituciones de la sociedad civil y colocarlo, en términos concretos y estratégicos, al servicio de un nuevo paradigma de las relaciones sociales en espacios urbanos multiculturales.

Palabras clave: educación, espacios multiculturales, sociedad civil, revalorización educativa, futuros sociales viables.

SUMMARY

The educational activity of civil society, due to excessive focus on instruction, has not been valued as it should, but today, given the urgent need to build viable social future in the multicultural arenas of the big cities, we need to rediscover and to rescue it for this task. The purpose of this article, after reviewing the diversification and complexity of multicultural social arenas as a result of mass immigration to urban cosmopolitan areas and to discuss the alternatives facing, with realism and sustainability, the future in these areas, consists on reevaluating the educational potential of the institutions of civil society and of placing it, in concrete and strategic terms, to the service of a new paradigm of social relationships in multicultural urban spaces.

Key words: education, multicultural arenas, civil society, educational reevaluation, viable social future.

SOMMAIRE

À cause d'une focalisation démesurée sur la scolarisation, on n'a pas valorisé, comme il faudrait, l'action éducative de la société civile mais, aujourd'hui, parce que nous avons l'urgente nécessité de construire des avenir sociaux durables dans les arènes multiculturelles des grandes villes, on doit redécouvrir et racheter la dite action pour cette mission. Le but de cet article, après analyser la diversification et la complexification des milieux sociaux multiculturels à la suite de l'immigration de masse vers les aires urbaines cosmopolites et de débattre, sous cette lumière, les choix qui, avec réalisme et durabilité, nous concernent dans ces milieux, est de mettre en valeur le potentiel éducatif des institutions de la société civile et de souligner, de façon autant concrète que stratégique, qu'il peut être mis au service d'un nouveau paradigme des rapports sociaux dans les aires multiculturelles urbaines.

Mots clef: éducation, arènes multiculturelles, société civile, révalorisation éducative, avenir sociaux durables.

1. INTRODUÇÃO

A diversificação e a complexificação das arenas sociais actuais, em termos étnicos e culturais, é um dado de fenomenologia mundial e faz-se sentir particularmente na geometria variável dos meios urbanos, tanto do hemisfério norte como do hemisfério sul. Dir-se-ia, face ao panorama desses meios, que ninguém escapa à acentuação dos contrastes raciais, étnicos e culturais e que amplas camadas da população mundial, residentes nas grandes cidades, se confrontam doravante com a difícil e desafiante tarefa de viver com a diferença e os diferentes.

As arenas sociais em que nos movimentamos são universos de multicultural e a imigração, reforçada e redefinida pela globalização, tem sido, nos últimos anos, um poderoso factor dessa pluralização, quer ao nível das crenças religiosas, quer em termos de estilos de vida, costumes, formas de comportamento, maneiras de vestir, expressões linguísticas e produções artísticas. Uma simples caminhada pelas ruas das grandes cidades dá imediatamente de caras com essa variedade. Manifestamente, o mundo já não é o que era: o uniforme, coerente e homogéneo, socialmente assumido e partilhado por todos, dá agora lugar, mais nos meios urbanos do que em outros cenários, ao diverso, ao plural e ao complexo.

As cidades, na era da globalização, não são apenas o lugar de assentamento das grandes empresas multinacionais. São também, e em grande medida, o espaço de confluência de muita variedade humana. É nas cidades que se definem universos de multicultural e é sobretudo nelas, e a partir delas, que se coloca a questão dos futuros sociais viáveis, ou seja, da vivência pacífica e mutuamente gratificante entre todos os seus habitantes. O que hoje precisamos de perguntar, por referência a esses cenários, é se podemos viver juntos e se esse juntos implica respeito, reconhecimento e convivência, e não apenas uma coabitação na indiferença, feita de separações e de ajuntamentos selectivos.

A construção de futuros sociais viáveis, de acordo com essa semântica, requer a implicação de vários actores e o Estado é um deles. O Estado e as suas extensões locais, como autarquias e escolas, são indispensáveis nessa tarefa, mas não esgotam os protagonistas necessários. A sociedade civil, entendida como espaço de associativismo voluntário e de redes relacionais formadas nas áreas da família, da fé, do interesse e da ideologia, também precisa de ser resgatada e convocada para esse empreendimento, dado que, sem a sua acção, dificilmente se mudará o que tem de ser mudado: as mentalidades e os padrões de comportamento.

A acção educativa da sociedade civil precisa de adequada revalorização para suportar essa mudança em arenas sociais multiculturais, e a nossa intenção, sem cair no engodo das idealizações e das mitificações, ou alinhar pelas apologias da sociedade civil que se alimentam da desvalorização do Estado, é contribuir para essa promoção educativa da sociedade civil, depois de analisar duas questões prévias: por um lado, a diversificação e a complexificação das arenas sociais multiculturais das zonas urbanas e, por outro, a discussão do futuro social nesses espaços em função do monoculturalismo plural e do pluriculturalismo convivial. Uma vez dirimidas estas questões, damos lugar à revalorização educativa da sociedade civil e ao seu papel na construção de um futuro social viável no âmbito das grandes cidades, apontando caminhos ou direcções a essa revalorização.

2. A DIVERSIFICAÇÃO E A COMPLEXIFICAÇÃO DAS ARENAS SOCIAIS MULTICULTURAIS: O CASO DAS GRANDES CIDADES

De uma maneira ou de outra, as grandes cidades sempre foram universos de multicultural, mas hoje, devido a processos migratórios estimulados e reforçados

pela globalização, esses cenários adquirem, do ponto de vista étnico e cultural, uma acentuada diversificação e complexificação. Por um lado, aumenta a variedade de identidades e de estilos de vida que pontuam o quotidiano das grandes urbes, quer em espaços privados e recatados, quer em arenas abertas e em espaços públicos. Por outro, acentuam-se os contrastes entre as diferenças étnico-culturais, por vezes de maneira gritante e estridente, dando a impressão de um enorme *patchwork* à beira da ruptura e da desintegração.

As grandes cidades têm vindo a mudar ao ritmo frenético da actual globalização. Um dos factores que mais tem contribuído para a vertiginosa mudança da paisagem étnico-cultural urbana é, manifestamente, a mola propulsora das migrações transfronteiriças. Estas migrações dão um novo colorido aos meios urbanos e são indissociáveis, economicamente falando, desse amplo e multidimensional fenómeno a que se chama globalização. A globalização não é apenas uma dinâmica internacional de fluxos financeiros e de mercadorias que se acelerou nos últimos vinte anos. Ela é, sem dúvida, uma aceleração do comércio internacional de bens e serviços, do movimento de empresas e do movimento de capitais, mas é também uma ampla migração de pessoas de zonas geográficas pobres para zonas geográficas ricas, induzidas pela esperança de melhorar as suas condições de vida. «A globalização, por outras palavras, engrossa as fileiras do exército dos migrantes» (Chiuri, Conglio e Ferri, 2010, 22), e pode-se dizer, com estes autores, que são «o rosto humano da globalização» (2010, 22). Eles são, verdadeiramente, os grandes vectores da mudança étnico-cultural das cidades dos países mais avançados.

Os fluxos migratórios para as cidades dos países economicamente mais fortes são indissociáveis da globalização e nela encontram grande parte da sua explicação: a globalização cria condições propícias a essas movimentações ao desencaixar, nos países de economias frágeis e pouco desenvolvidas, fenómenos de amplo desemprego, pobreza generalizada e enormes dívidas públicas (Sassen, 2007, 189-190). As deslocações migratórias inserem-se numa dinâmica de desigualdade em que certas áreas ou regiões, sob o efeito de políticas impostas por organismos internacionais, se transformam em exportadoras de mão-de-obra e outras em importadoras. «Sem qualquer dúvida, a globalização está a redefinir o movimento das pessoas no mundo, tanto em termos quantitativos como qualitativos, já que aumentou o número de pessoas que emigram para os países de mais altos rendimentos, desejando manter, ao mesmo tempo, as suas identidades culturais e os laços afectivos com o seu país de origem» (Sáez Alonso, 2008, 229-230).

Há, hoje em dia, um reconhecimento generalizado de que a mobilidade populacional transfronteiriça está inextricavelmente ligada a outros fluxos que compõem a globalização e que as migrações são uma das principais forças de transformação social e cultural do mundo contemporâneo, designadamente das grandes cidades. No contexto da globalização, «as migrações tendem a aumentar de volume e os migrantes apresentam características sociais e culturais cada vez mais diversas» (Castles, 2005, 49). É um facto que está a aumentar o número de migrantes que se desloca para países desenvolvidos e que esse número é cada vez

mais significativo em países como a Austrália, a Bélgica, o Canadá, a Alemanha, a Espanha, a Nova Zelândia, a Suíça, o Reino Unido ou os Estados Unidos (PNUD, 2009, 31).

A globalização, quanto ao volume das migrações, não altera significativamente a parcela global de migrantes a deslocar-se entre fronteiras internacionais, mas muda indiscutivelmente a orientação dessas deslocamentos: «O principal impacto da globalização está nos factores de atracção, o mais forte dos quais é a riqueza dos países de destino. Se olharmos o mapa da migração veremos que, salvo raras excepções (trânsito ou migração temporal), todos os fluxos se originam em países pobres e se dirigem aos países ricos» (Silj, 2003, 439).

A fixação dos migrantes nas zonas economicamente mais pujantes e, em particular, nas grandes cidades dos países ricos, está a mudar a composição demográfica dessas áreas e a transformá-las, dadas as características exóticas dos forasteiros, em complexas arenas sociais multiculturais. Os migrantes de hoje, beneficiando de outras condições de comunicação e transporte, chegam rapidamente às zonas urbanas dos países ricos, apresentam uma grande diversidade cultural em relação aos autóctones e, o que é mais importante, não cortam facilmente as ataduras com os locais de origem, como no passado:

No passado, a mudança para um país estrangeiro implicava, frequentemente, cortar os laços com a pátria. Hoje, graças aos modernos canais de comunicação e aos melhores preços e rapidez das viagens, os trabalhadores imigrantes mantêm-se em contacto com o seu lugar de origem... Estes vínculos significam que é mais fácil aos imigrantes manter a sua identidade cultural numa terra estranha, ao invés do passado. Psicologicamente continuam a estar em casa, ainda que fisicamente longe dos seus lares; ou, para sermos mais exactos, habitam simultaneamente dois mundos (Silj, 2003, 434-435).

Como mostram as práticas culturais nas áreas de imigração, as pessoas oriundas do estrangeiro mantêm-se fiéis a várias pátrias e «podem desenvolver e viver, como sublinham Beck y Beck-Gernsheim (2008, 56), vários vínculos culturais e sociais e que, ao fazê-lo, subvertem criativamente os padrões de separação nacional e étnica, projectando desta forma o seu próprio mundo para lá das fronteiras do Estado nacional».

As modernas formas de transporte e comunicação não permitem apenas, aos imigrantes e aos seus descendentes, a preservação de laços duradouros com a terra natal ancestral. Permitem também, e isto é uma novidade do nosso tempo, a vinculação afectiva com grupos disseminados por outros locais e outros países, historicamente semelhantes ou pertencentes à mesma etnia, e até, de maneira vanguardista, a organização de uma vida (de negócios, por exemplo) em mais do que um país simultaneamente.

A imagem do imigrante equidistante, em terras estranhas, tanto da sua cultura de origem como dos seus compatriotas, é pois, e hoje mais do que nunca, uma representação falaciosa. É um mito diariamente desmentido pela observação dos

imigrantes nas arenas das grandes cidades. Aí, podemos ver como enchem de colorido os espaços urbanos com os seus modos de vestir, falar, cumprimentar, e como introduzem variedade nas práticas culturais e religiosas. Os imigrantes são diferentes e fazem questão de mostrar e reivindicar a sua diferença: «Os colectivos de imigrantes estão a exigir cada vez mais reconhecimento e visibilidade nas sociedades onde vivem, e será assim no futuro» (Kymlicka, 2004, 101-102).

A população emigrante que demanda as zonas urbanas dos países desenvolvidos está longe de corresponder às expectativas de assimilação de décadas passadas. Os imigrantes são cada vez mais renitentes em abandonar as suas particularidades culturais e em fundir-se no magma da cultura dominante. Já não são o que eram. Manifestam mais orgulho na sua cultura e isso é um dado a ter em conta nos ambientes urbanos onde se fixam e onde organizam as suas vidas.

As cidades, especialmente onde se observam fenómenos de reterritorialização de culturas estrangeiras, devem aprender a viver com essa realidade, não só porque se afigura estrutural e durável no contexto da globalização, como implica, também, sérios riscos de divisões, crispções e confrontações entre pessoas pertencentes a horizontes culturais diferentes.

Apesar de tudo, as grandes cidades estão bem colocadas para lidar com essa nova realidade. As zonas geográficas urbanas, por vezes mastodónticas e sobrecarregadas de questões urgentes, não são apenas «locais de despejo dos problemas globalmente produzidos» (Bauman, 2007, 131). São também, como sublinha Bauman no mesmo lugar, «laboratórios onde se inventam, experimentam, memorizam e assimilam os modos e as maneiras de viver com a diferença».

Os grandes espaços urbanos, não obstante o anonimato crescente, reúnem interessantes condições para serem esses laboratórios. Por um lado, oferecem-nos quotidianamente a oportunidade de contactar com a diversidade étnico-cultural sem qualquer dificuldade. Uma simples caminhada por esses espaços dá imediatamente de caras com expressões multiculturais: «Hoje em dia, dar de caras com outras culturas e religiões, outras cosmovisões, outras cores, sabores, odores, sonoridades, outras formas de vestir, falar, sentir, amar... é um acontecimento diariamente experienciado nas áreas urbanas das nossas cidades» (Vidal y Olmos, 2008, 138). Michael Peter Smith (2001, 108), referindo-se à sua curta viagem a Copenhaga –cidade que nem sequer entra na categoria de «grande cidade»– garante que numa só hora se «cruzou com vários grupos de turcos, africanos e imigrantes do Médio Oriente»; que teve ocasião de observar «várias mulheres árabes com ou sem véu»; que constatou, nas ruas, «vários letreiros em línguas não europeias» e que manteve «uma interessante conversa com um empregado irlandês, num *pub* inglês, em frente do jardim do Tivoli». A zona urbana, mesmo de média dimensão, é um caleidoscópio de diversidade étnico-cultural que podemos experienciar e apreciar num abrir e fechar de olhos.

Os espaços citadinos são pois, a esta luz, cenários de uma grande profusão de pluralidade e lugares de encontros imediatos com a diferença cultural. Se num primeiro momento facilitam o contacto com essa diversidade, mesmo sob a

forma contemplativa, numa segunda fase podem servir de contexto à invenção e à experimentação de formas gratificantes de viver com os culturalmente outros, não obstante a sua desconcertante estranheza.

A aprendizagem da vivência com a diferença é indissociável das cidades e nelas pode encontrar os ingredientes necessários: diversidade de raças, multiplicação de etnias, reterritorialização de culturas, espaços de vizinhança e possibilidades de interacção.

As áreas urbanizadas do planeta e, em particular, as cidades de maior dimensão, são territórios estratégicos para a reconfiguração de relações sociais entre diferentes culturais, mas debatem-se com este problema: como evitar os riscos de conflitualidades insuperáveis em arenas que, para serem socialmente viáveis, deviam assentar em relações pacíficas e gratificantes para todos? A resposta não se afigura nada fácil e é preciso equacionar se está contida no monoculturalismo plural ou no pluriculturalismo convivial.

3. MONOCULTURALISMO PLURAL OU PLURICULTURALISMO CONVIVIAL? O FUTURO SOCIAL EM QUESTÃO

O futuro social nos espaços urbanos de grande dimensão é hoje uma fonte de preocupação, não apenas por razões de carácter ecológico ou ambiental, ou sequer pela quantidade de gente que habita esses espaços, mas porque emergem tensões e contradições entre culturas e religiões que podem comprometer ou dificultar esse futuro.

A vida no contexto urbano actual tem os seus atractivos e é capaz, apesar de tudo, de fornecer gratificações insuspeitadas aos seus habitantes. Mas o «ruído» introduzido pela diversidade de raças, culturas e religiões, até ao ponto de desconcertar, coloca sérias dúvidas quanto a um *modus convivendi* aprazível e compensador. A questão que ora se coloca é, pois, a da viabilidade dessa convivência no meio da cacofonia urbana, com um mínimo de rivalidade e conflito.

Sabemos que não há existência social sem rivalidade e conflito, e que a rivalidade e o conflito estimulam a mudança e a inovação. Mas uma vida crispada e absorvida pelo conflito e a rivalidade não é uma vida humana gratificante e digna de apreço. Como evitar, pois, que a diversificação e a complexificação da vida urbana, essencialmente em termos étnicos e culturais, se torne essa vida insuportável? Será o assimilacionismo uma solução?

A tentação da assimilação, hoje adocicada com promessas de integração plena e de cidadania igualitária, só aparentemente se configura como solução apropriada. A assimilação, na verdade, não goza de grande aceitação entre os emigrantes que demandam as grandes cidades de países estrangeiros e, além disso, não se revela compatível com os valores democráticos amplamente difundidos por todo o mundo, inclusive nas áreas de maior recepção de imigração.

A assimilação é, manifestamente, um processo unilateral de adaptação à cultura hóspede e os imigrantes, cada vez mais resilientes do ponto de vista cultural

e religioso, fazem saber que não estão dispostos a realizar esse exercício. Através da assimilação, «espera-se que venham a abdicar das características linguísticas, culturais e sociais distintivas, e que se tornem indiferenciados da maioria da população» (Castles, 2005, 133). Hoje, as pressões de assimilação são intensas, mas os imigrantes não querem renunciar à cultura própria:

Há cada vez mais imigrantes a recusarem abandonar as suas sensibilidades e particularidades culturais em proveito de uma identificação completa com a cultura hóspede. Esta dinâmica psicossocial interrompe as previsões da clássica teoria da assimilação do imigrante como processo unilateral de mudança, com identificações étnicas inevitavelmente diminuídas (Suárez-Orozco e Qin, 2006, 165).

A aplicação do princípio assimilacionista choca, hoje em dia, com «o intenso desenvolvimento da individualidade, a transformação das relações entre nacionalidade e cidadania e com a incorporação de outros valores de identificação» (Naïr, 2006, 106).

A cultura tem uma grande importância para as pessoas e, desde logo, para os imigrantes das grandes cidades. A pertença a uma cultura é, muitas vezes, a única riqueza da população imigrante radicada nas cidades dos países avançados, «a única identidade com que revestem o seu nada» (Galli, 2010, 48). A cultura importa, e importa sobretudo para os imigrantes desenraizados, por vezes abandonados à sua sorte. É nestas situações que a reacção étnica dos imigrantes vem ao de cima, dando razão às análises que vêem na identificação étnica, racial e nacional dos imigrantes uma forma de mitigar a exclusão e a discriminação:

As práticas de exclusão ou de discriminação contra os imigrantes podem impedir a integração e encorajar as orientações no sentido da terra natal. Nestes casos, poderão surgir comunidades de enclave com as suas próprias infra-estruturas económicas, culturais e políticas. Quando os imigrantes são vítimas de marginalização ou de racismo, a melhor hipótese de serem bem sucedidos reside na mobilização das solidariedades comunitárias e dos laços transnacionais – uma espécie de etnicidade reactiva (Castles, 2005, 88-89).

O caminho da assimilação não desejada é uma via de sentido único que redundna na fragilização e na negação da alteridade cultural dos novos habitantes das cidades: exige-se a estes novos habitantes que silenciem a cultura própria e se diluam na cultura hegemónica. Assim, o assimilacionismo é um colonialismo: «O colonialismo cultural existe também quando se obriga os novos cidadãos que chegam a outros contextos culturais a participar nos valores e crenças da sociedade de destino» (Villegas e Bellido, 2008, 96).

A opção pela assimilação, dada a resiliência cultural dos imigrantes e a flagrante oposição aos valores democráticos, entre os quais o inegável direito à diferença, não é uma verdadeira escolha hoje em dia, pois não vai ajudar em nada a construir um futuro social viável (e agradável) no contexto das grandes cidades. Que opção tomar então? A via do monoculturalismo plural, assente na

diferenciação e na justaposição de comunidades étnicas (Sen, 2007, 210), ou a via do pluriculturalismo convivial, baseado no reconhecimento, na interação e no entendimento entre indivíduos e comunidades que, embora diferentes e distantes, se empenham em viver juntos sem barreiras e sem trincheiras nas áreas urbanas cosmopolitas (Barbosa, 2010, 1009)?

A via do monoculturalismo plural, em parte já experimentada nessas áreas, representa um importante avanço em relação ao assimilacionismo: reconhece a singularidade cultural dos imigrantes, rejeita a discriminação étnica e toma medidas contra a sua invisibilização pública, aprovando e implementando legislação que protege o pluralismo de crenças e o pluralismo de formas devida. Ainda assim, como fórmula de vida pacífica e agradável, e de resto sustentável, nas arenas multiculturais das cidades actuais, o monoculturalismo plural padece de muitas insuficiências, antes de mais por induzir a excessiva comunitarização da sociedade urbana. Ora, como aguda e incisivamente reconhece Sami Naïr (2006, 212), «numa sociedade comunitarista... não há de facto senão minorias que se justapõem e se vigiam mutuamente». Quer dizer, comunidades étnicas que se fecham em si mesmas e que levam vidas paralelas.

O monoculturalismo plural, centrado na coexistência e no valor da tolerância mútua, fez o seu caminho em algumas latitudes, mas é hoje, nessas mesmas latitudes, profundamente questionado. Acusa-se esse multiculturalismo, tanto na Europa como na América do Norte, de se focalizar excessivamente nas diferenças e de criar problemas, por essa via, à coesão social. Assim, em vez de aproximar as pessoas e de criar um clima de maior confiança nas relações inter-étnicas, acaba por acentuar as divisões e as crispções. Agora, nessas regiões pioneiras em políticas multiculturalistas, o monoculturalismo plural, enquanto «diversidade de uniformidades» (Savater, 2003, 171) ou «coleção de comunidades étnicas» (Sen, 2007, 212), é apreendido como um «princípio ultrapassado e um fracasso responsável pela fragmentação, separatismo cultural e auto-segregação das minorias» (Gropas, 2007, 225). A razão é muito simples: ao dividir a população em diversos grupos raciais e étnicos bem definidos e ao procurar determinar até que ponto as necessidades particulares de cada grupo são efectivamente garantidas, acaba por essencializar as diferenças entre esses grupos, considerando-as como culturas separadas e segregadas em detrimento do reconhecimento e da promoção de possíveis interações entre elas. A este multiculturalismo, diferencialista e etnicista, Vertovek e Wessendorf (2005, 10-11) atiram as seguintes críticas: em primeiro lugar, sublinham que os discursos multiculturalistas promovem a etnicização dos valores e das relações; em segundo lugar, alertam para a possibilidade de neocolonialismo no interior de grupos comunitários a quem foram atribuídos direitos de representação política ou para a eventualidade de se privilegiar grupos minoritários altamente institucionalizados em prejuízo de outros grupos ou de vozes dissidentes no interior desses grupos; em terceiro lugar, reconhecem que os princípios multiculturalistas implementados pelas autoridades locais podem engendrar condições de rivalidade ou de dependência entre grupos de minorias étnicas; finalmente, e só para atender

ao essencial da crítica, suspeitam os autores que o interesse desmedido atribuído à identidade cultural pode conduzir a desviar a atenção de outros aspectos da desigualdade, igualmente geradores de frustração e de problemas, como a raça, o género, a classe, a inserção profissional ou ainda, e não menos importante, o acesso ao capital social.

Como resposta à diversificação cultural e étnica dos espaços urbanos cosmopolitas, o monoculturalismo plural expõe-se a essas críticas e não se vê que possa constituir uma fórmula de convivência pacífica e gratificante nesses espaços. A interacção entre estranhos culturais fica comprometida e isso é importante para a qualidade de vida nas cidades. A vida urbana, para ter essa dimensão, exige o relacionamento com a enorme variedade de outredades culturais que moram nas grandes cidades actuais e isso não é possível, como diria Freud, quando se instiga o «narcisismo das pequenas diferenças» e se cria condições à insolidariedade entre grupos culturais, como de facto acontece por via de um monoculturalismo plural diferencialista e etnicista. Uma cidade que se divide e se fragmenta em áreas étnicas restritas, onde por vezes só se pode entrar com «salvo-conduto», não é certamente um lugar aprazível para se viver. Ora, dada a sua tendência a criar ajuntamentos selectivos em função do atributo étnico, o monoculturalismo plural é tudo menos a configuração desse lugar.

O referencial da «vida boa» na cidade cosmopolita não passa pois, hoje em dia, pelo monoculturalismo plural. Um outro referencial é preciso e esse referencial remete-nos para o pluriculturalismo convivial, construído na base do reconhecimento e da valorização da alteridade cultural, do entendimento entre culturas e da construção de uma ambiência onde todos têm o seu lugar, sem barreiras e sem trincheiras, quer físicas quer simbólicas, e onde se tira partido da riqueza cultural do outro para um maior alargamento de horizontes pessoais e sociais. O entendimento intercultural é o grande objectivo político desta nova perspectiva, ainda que para isso seja necessário «lutar contra as ordens hierárquicas e discriminatórias das relações entre as diferentes culturas» (Bennett, 2008, 30). Agora, já não basta a tolerância como atitude e como valor que suporta os inconvenientes da cultura dos outros. Vai-se mais além, e centram-se as relações no mútuo reconhecimento e na estima mútua. É daqui que podem surgir novas configurações culturais (hibridismos, mestiçagens) e novos desenhos da subjectividade humana, construídos no diálogo, na negociação e na apropriação de materiais culturais estranhos.

O pluriculturalismo convivial, para ser credível como resposta aos desafios criados pela complexa diversificação cultural e étnica das cidades, nomeadamente em termos de relações humanas, não pode ficar no limbo das declarações retóricas ou acreditar que se tornará realidade apenas pela força das palavras. Como alternativa ao monoculturalismo plural, e uma vez desembaraçado de ingenuidades, o pluriculturalismo convivial precisa de ganhar estatuto legal específico no seio do aparelho normativo da governação das cidades e ser amplamente reconhecido no espaço público através de instituições igualitárias. Um tal modelo de sociedade urbana, porque genuinamente comprometido com o valor da igualdade democrática,

não tem que atribuir direitos diferenciados às diversas comunidades étnicas que afirmam as suas culturas nas grandes metrópoles. O princípio não é esse, mas caso se justifique, seja para reparar gritantes injustiças ou para dar protecção a identidades culturais em risco, a concessão de direitos colectivos tem como limite ou condição o respeito dos direitos individuais fundamentais. O desafio do pluriculturalismo convivial, enquanto tópico de «uma sociedade de convivialidade avançada» (Caillé, 2011, 73), não é propriamente a atribuição de direitos e prerrogativas especiais, mas o desenho de políticas culturais e sociais que correspondam às necessidades de todos, nativos e forasteiros, minorias e maioria. Assim, a resposta à surpreendente complexificação cultural das grandes cidades pode ser justa e não defraudar as legítimas expectativas daqueles que ainda acreditam na democracia.

A desejável substituição do monoculturalismo plural pelo pluriculturalismo convivial, não obstante a acumulação de sinais que reforçam a sua pertinência, é apenas uma possibilidade; não está inscrita no firmamento estrelado das cidades e vai exigir, em termos atitudinais e comportamentais, profundas mudanças e transformações, algumas delas ao arrepio dos hábitos mais consolidados. É preciso dizer que supõe, nos meios urbanos pouco dados ao convívio com estranhos culturais, todo um desafio, pois

obrigará a que aprendamos novas artes nunca antes praticadas: as artes de conviver permanentemente com a diferença, de não tratar a diferença como um elemento irritante temporal que desaparecerá após anos de formação e escolarização, por exemplo, mas antes que estará aqui para sempre (Bauman, 2008, 133).

O pluriculturalismo convivial, nas arenas multiculturais das cidades, obriga-nos a novas modalidades de estar com os outros e tem um nível de exigência ontológica social sem precedentes, pelo menos nos termos democráticos em que o concebemos aqui. Não será fácil adoptá-lo como novo paradigma de relacionamento social sem o contributo educativo da sociedade civil. A construção de um futuro viável nessas arenas requer, como tópico incontornável, a revalorização da sociedade civil e do seu protagonismo educativo.

4. A CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO VIÁVEL: REVALORIZAÇÃO DO PAPEL EDUCATIVO DA SOCIEDADE CIVIL

A revalorização do papel educativo da sociedade civil, tratando-se de construir um futuro viável e agradável nas cidades cosmopolitas, ou nas arenas multiculturais das grandes áreas urbanas actuais, não é uma ideia bem pensante ou uma expressão que se convoca só para estar em sintonia com o espírito do tempo. Se precisamos de recuperar e enaltecer a função educativa da sociedade civil, não obstante as ambiguidades que envolvem esse conceito, isso deve-se ao facto da sociedade civil, aqui semantizada como espaço de associativismo voluntário e como conjunto de redes relacionais que se constituem nas áreas da intimidade, da fé, do interesse

e da ideologia, se revelar essencial, senão incontornável, na modelação das atitudes e das condutas que permitirão instituir, nos cenários sociais multiculturais das grandes cidades, aquilo que doravante se configura como futuro cultural e etnicamente sustentável nesses meios: o pluriculturalismo convivial.

A institucionalização do pluriculturalismo convivial, é certo, não se pode fazer apenas com educação e, bem entendido, somente com o protagonismo de instituições da sociedade civil, como, por exemplo, a família, as igrejas, os clubes, as associações, as colectividades recreativas, culturais e desportivas, as comunidades residenciais, os grupos cívicos, os *media*, as organizações não governamentais e os movimentos sociais. A referida institucionalização, como vimos, também precisa de acção governativa e de medidas que assegurem a igualdade de tratamento cultural no seio da ordem democrática. Além disso, pressupõe um conjunto de políticas que tornem possível, a cada indivíduo e a cada grupo, a pública afirmação das suas opções culturais, em liberdade.

A acção governativa, com as ferramentas da política e do direito, é efectivamente importante para assentar as bases da convivialidade cultural e incentivar, nos espaços urbanos, maior reconhecimento e valorização das diferenças culturais. Ainda assim, seria ingénuo pensar que essa acção, exercida de cima para baixo através de mecanismos legais, vai produzir relações mais amistosas entre estranhos culturais. A estima social e o reconhecimento intersubjectivo não se impõem às pessoas através de leis e sanções. As leis e as sanções, dadas as limitações do «medium jurídico» (Habermas, 2008, 245), só podem gerar comportamento conformista e alteração de fachada nas interacções pessoais. Assim, não é com estes instrumentos que podemos avançar, verdadeiramente, para uma situação de reconhecimento mútuo generalizado e sustentar, com base nesse reconhecimento, um pluriculturalismo convivial.

O pluriculturalismo convivial, enquanto novo paradigma de relacionamento social, não precisa propriamente de leis e sanções para se afirmar no mosaico multicultural das grandes cidades. O que precisa, isso sim, é de uma mudança das relações interpessoais, a qual só se pode operar, com realismo e sustentabilidade, ao nível da sociedade civil. É neste nível que as subjectividades se podem reconfigurar, adoptando outras posturas e outras representações em relação à alteridade cultural. A sociedade civil, ninguém o ignora, é uma agência de socialização, e esta agência, disseminada por toda uma panóplia de instituições e organizações intermédias, ou seja, que se situam entre o indivíduo e o Estado (Requena, 2008, 33), tem o poder ou a capacidade de produzir, difundir e incutir normas de sociabilidade e códigos de conduta. É na sociedade civil que «nos tornamos homens e mulheres sociáveis» (Walzer, 2010, 188) e é nas suas redes (familiares, associativas, de ajuda mútua) que essa socialização pode ser re-socializada.

A sociedade civil, apesar de um poder educativo desigualmente distribuído pelos seus agentes é, não obstante, capaz de conferir novo significado às relações interpessoais, designadamente entre estranhos culturais, construindo e desconstruindo imagens do outro, sentimentos e emoções, atitudes e comportamentos.

O presente e o futuro do entendimento intercultural, além do reconhecimento mútuo, joga-se essencialmente ao nível da sociedade civil. Os estranhos tornam-se menos estranhos, e até se aceitam melhor, quando a sociedade civil é amiga das diferenças culturais, e isto tanto na família como no clube desportivo, nas colectividades recreativas e nas comunidades residenciais, nos escuteiros e nas escolas paralelas, nas igrejas e nos sindicatos, nas associações de imigrantes e nos grupos cívicos, nos movimentos sociais e nas organizações não governamentais. É em ambientes deste tipo, marcados pela informalidade dos contactos interpessoais e pelos envolvimentos afectivos, por vezes inesperados ou surpreendentes, onde é mais fácil quebrar o gelo do indiferentismo e dar passos seguros na direcção da convivialidade e da interculturalidade.

A construção urbana da convivialidade e da interculturalidade, convém ressaltar, também diz respeito à sociedade civil. A sociedade civil não se pode alhear dessa tarefa, até porque a educação, demasiado identificada com a escola, corre o risco de ser afastada do seu horizonte e das suas responsabilidades. Ora, a educação não é património da escola. É antes uma função comunitária, ou seja, da sociedade civil. «Ninguém que deseje intervir seriamente em políticas e programas que potenciem o desenvolvimento de um território e que queira fazê-lo sobre bases sólidas e de coesão social, pode deixar apenas nas mãos da escola algo tão estrategicamente significativo como a educação. A escola é um agente educativo, importante, mas não o único» (Pose, 2006, 89).

Assim sendo, e porque o activismo educativo da sociedade civil nem sempre é visto com a devida atenção, nomeadamente na construção de um futuro com futuro nas áreas urbanas multiculturais, importa revalorizar esse activismo tomando por referência certas ideias-força: por um lado, a promoção de virtudes cívicas que são essenciais ao pluriculturalismo convivial; por outro, e não menos importante, o alargamento de horizontes cognitivos relativamente às culturas em presença no espaço urbano cosmopolita, o desenvolvimento de competências interculturais, a re-educação dos afectos, a socialização (ou re-socialização) na diversidade e, por fim, o desenvolvimento de um amplo olhar cosmopolita.

A via de revalorização educativa da sociedade civil, precisamente nas arenas que mais carecem de pluriculturalismo convivial, passa, em primeiro lugar, pela acção que pode desempenhar em termos de virtudes cívicas. A sociedade civil, dentro das suas esferas de influência, e desde que incentivada pelas autoridades públicas, pode promover, como virtudes cívicas, a moderação na afirmação das diferenças culturais, a civilidade, a disposição para a interacção dialogante e o convívio com a alteridade cultural, o senso de justiça e o senso de universalidade.

A moderação na afirmação das diferenças culturais, desde as instâncias da sociedade civil, não é apenas por uma questão de estilo ou de boas maneiras. É, sobretudo, para pôr limites à radicalização dessas diferenças no espaço público e, conseqüentemente, às divisões e às separações daí resultantes. Uma imoderação na afirmação dessas diferenças, além de ser uma exibição narcisista de mau gosto

e de constituir, nas áreas urbanas, a via mais directa para a auto-segregação étnica, pode levar a uma absolutização das diferenças culturais, a qual é sempre perigosa e problemática em arenas multiculturais onde coabitam várias culturas e várias etnias. Essas diferenças, «quando são absolutizadas e, portanto, retiradas da esfera das relações humanas, podem servir de pretexto à guerra e favorecem atitudes xenófobas, racistas e anti-semitas» (Verbunt, 2006, 225). A virtude da moderação, sem se confundir com reacções timoratas ou envergonhadas no plano cultural, é a disposição que retira veleidades a essa possibilidade e que cria condições, ainda que insuficientes, à aproximação das gentes que se cruzam diariamente nas ruas das grandes cidades.

A virtude da civilidade, igualmente necessária a essa aproximação, «é a expressão quotidiana do cosmopolitismo e implica, como este, o respeito pelos outros e a aceitação da diferença» (Giddens, 2007, 152). A civilidade é muitas vezes identificada com as boas maneiras entre desconhecidos, mas ela é mais do que isso: «A verdadeira civilidade não significa sorrir aos demais independentemente do mal que te fazem, como se os grupos oprimidos devessem ser amáveis com os seus opressores. Significa, antes, tratar os demais como iguais, na condição de estenderem o mesmo reconhecimento à tua pessoa» (Kymlicka, 2003, 350). As normas da civilidade são normas de igualdade e precisam de entrar, para frutificar, nas mentes e nos corações das pessoas. A obrigação legal de cumprir com as normas de civilidade não garante o trato igualitário, cortês e educado entre os habitantes da *polis* cosmopolita. Há que ter em conta algo mais, e esse suplemento de alma só pode vir das estruturas educativas e formativas da sociedade civil.

A disposição para a interacção dialogante e o convívio com os outros culturalmente diferentes, um pouco à semelhança da civilidade, e talvez mais do que ela, dado não estar enquadrada em dispositivos normativos, está fundamentalmente dependente dos incentivos da sociedade civil. São os estímulos da sociedade civil, desde o âmbito da família aos espaços abertos da esfera pública, passando por redes de sociabilidade no interior de grupos e associações, que levam as pessoas a dialogar e a conviver com estranhos culturais. O convívio entre estranhos culturais só pode acontecer na base da interacção dialógica e esta, sob a forma de conversação honesta e civilizada, muito depende das instituições da sociedade civil. Uma conversação assumida e valorizada pelas instituições da sociedade civil ajuda a compartilhar o espaço social com pessoas de identidades diferentes, a aprender com elas e a construir uma base de entendimento mútuo, inclusive quando abundam as discrepâncias:

A conversação entre diferentes identidades –entre diferentes religiões, raças, etnias e nacionalidades– vale a pena porque permite aprender das pessoas que têm ideias diferentes, inclusive incompatíveis com as nossas. E também vale a pena porque, se aceitamos a ideia de que vivemos num mundo com diversas pessoas e nos propomos conviver com elas em respeitosa paz, necessitaremos de nos entender mutuamente, inclusivamente se não estamos de acordo (Appiah, 2008, 20-21).

O mais importante da conversação, em meio urbano, não é o consenso ou a conversão das outras alteridades às nossas perspectivas. É antes a aproximação que pode suscitar entre nós e elas. Assim, «basta que contribua para que as pessoas se acostumem umas às outras» (Appiah, 2007, 124), ou seja, que passem a viver juntas.

A fim de vivermos juntos nas arenas multiculturais das grandes cidades, a sociedade civil, com o apoio do Estado democrático, é ainda determinante na aprendizagem de duas virtudes cardeais: o senso de justiça e o senso de universalidade. O senso de universalidade, como contrapeso a um excessivo acento na particularidade, no diferencialismo e no separatismo, hoje moeda corrente em reivindicações identitárias urbanas, reconhece que «todos pertencemos à raça humana» (Sen, 2007, 26), que todos somos da mesma natureza e da mesma categoria, que merecemos igual respeito e consideração, que temos direito a ser pessoas e a levar uma vida digna. A igual dignidade dos seres humanos, entendida como direito a ser pessoa (Gil, 2008, 40), não colide com o reconhecimento das identidades diferenciais nas áreas multiculturais, mas é claramente afirmada pelo senso de universalidade para não se dar demasiada importância à estranheza dos estranhos. Somos diferentes, é certo, mas também somos iguais. Além das diferenças, que são legião, também há coincidências, as quais se tornam evidentes, em cada um de nós, e nas cidades, através de um apurado senso de universalidade.

O direito a ser pessoa é a tradução jurídica da dignidade humana e implica, mediante o senso de justiça, a sua defesa ou protecção. O senso de justiça, enquanto disposição interior de carácter ético-político, não significa, simplesmente, fidelidade jurídica ou obediência jurídica à ordem legal instituída (Höffe, 2005, 397). Implica, também, «o dever de prevenir a injustiça, criando instituições justas e conseguindo que continuem justas» (Kymlicka, 2003, 347). O senso de justiça é uma virtude de pessoas adultas que amadurece no seio da sociedade civil, não a partir de exortações ou pregações, ou sequer através de lições de ética cívica, mas a partir do exemplo dos mais velhos. O exemplo, enquanto estratégia de grande impacto na definição de atitudes e comportamentos, reforça a acção educativa da sociedade civil no âmbito das suas esferas, mas não esgota, mesmo com a promoção de virtudes cívicas, tudo o que a sociedade civil pode fazer pela convivialidade e interculturalidade nas arenas multiculturais das grandes cidades.

Com essa e outras estratégias, a sociedade civil pode, ainda, alargar os horizontes cognitivos no que concerne a diversidade cultural urbana e apoiar, desde as suas áreas de influência, o desenvolvimento de competências interculturais, a revisão de sentimentos relativamente aos estranhos culturais, a socialização na diversidade e a promoção, no rico panorama humano das cidades, de um olhar cosmopolita.

O alargamento de horizontes cognitivos, dada a relação de proximidade com a variedade étnico-cultural das cidades, está ao alcance da sociedade civil e seria uma pena que a sua acção educativa não fosse valorizada nesse aspecto. Ainda assim, convém referir que, apesar de importante, o alargamento de horizontes cognitivos

não garante, por si só, o reconhecimento daqueles que nos são diferentes e não conduz, imediatamente, a uma sã convivência. Seja como for, esse alargamento é necessário para organizar a vida em comum sobre bases sólidas e para ampliar as perspectivas de cada um: «Quem integra o ponto de vista dos outros na sua própria vida, sabe mais de si mesmo e dos outros» (Beck y Grande, 2006, 33).

A par do alargamento ou expansão de horizontes cognitivos, a sociedade civil, nos contextos de interação urbana, está bem colocada, não apenas para suscitar a revisão, quando necessária, de afectos e sentimentos em relação a estranhos e a estrangeiros, como pode, nesses contextos, assumir relevante protagonismo no desenvolvimento de competências que se afiguram essenciais à convivialidade e à interculturalidade. A essas competências pertencem, pela sua importância funcional, o saber dialogar com as diferenças sem ferir susceptibilidades, o saber compreender o diferente quando não se está de acordo com práticas e costumes que, sendo porventura desagradáveis e esteticamente repulsivos, não violam a ordem jurídica democrática, o saber negociar significados e o saber estabelecer «um *modus convivendi* agradável» (Bauman, 2007, 126).

A vida em comum nas arenas sociais multiculturais, e em particular nas cidades, não se realiza por toque de magia nem surgirá da noite para o dia. É uma construção de longa duração e precisa, além de virtudes cívicas, conhecimentos, sentimentos e competências, de uma socialização na diversidade. A socialização na diversidade, em função desse objectivo, tem como ambição a sistemática exposição de toda a gente a toda a gente a fim de que as pessoas se tornem menos estranhas umas das outras e reaprendam, ou simplesmente aprendam, a «arte da convivência diária com as diferenças» (Bauman, 2008, 36). Uma socialização na diversidade, realizada em meios heterogêneos e contando com o precioso apoio da sociedade civil, ajuda a vencer o medo dos estranhos, a dissipar os temores ao desconhecido e a adquirir, *in vivo*, as competências exigidas pela vida em comum. O caminho da socialização na diversidade, hoje contrariado em meio urbano pela socialização em ilhas de similitude e em guetos voluntários, é um caminho sinuoso e cheio de obstáculos. A sociedade civil, na linha do que o Estado pode fazer nas escolas públicas, pode servir de amortecedor ao choque provocado por esses obstáculos e assim abrir, desde as suas esferas, o horizonte promissor da convivialidade e da interculturalidade.

A abertura deste horizonte é uma janela de oportunidade para humanizar as relações sociais nas grandes áreas multiculturais, mas isso só se realizará, epistemologicamente falando, com o desenvolvimento de uma nova forma de ver os outros, nem só como iguais, nem só como diferentes, mas simultaneamente iguais e diferentes. A esta forma de encarar os outros, sem ênfase essencialista na diferença e sem dissolução, dessa mesma diferença, no céu estrelado do universalismo abstracto, podemos chamar, com Beck (2005, 71) «olhar cosmopolita». O olhar cosmopolita, enquanto último tópico da revalorização educativa da sociedade civil, quer dizer que se procura temperar, desde as suas instituições, o respeito pela diferença (o outro é diferente e posso aprender com as suas diferenças) com o

respeito pelos seres humanos enquanto humanidade comum, com os mesmos desejos, os mesmos temores e as mesmas aspirações. Através desse olhar, «as diferenças não são nem eliminadas nem ordenadas hierarquicamente, antes são aceites como tais, valorizadas positivamente» (Beck y Grande, 2006, 33). Sob os auspícios do olhar cosmopolita, a diferença é certamente esbatida, mas não é suprimida. Aceita-se a diferença sem a transformar em algo absoluto. Assim, abrem-se canais à comunicação com o outro, ao seu reconhecimento e à sua integração nas redes de interacção da sociedade, acabando com fissuras e dualismos («nós aqui, os outros ali») manifestamente empobrecedores e comprometedores da sã convivência entre estranhos culturais.

A nova forma de ver os outros, assente na igualdade e na diferença, é essencial a um pluriculturalismo convivial, e não poderia deixar de fazer parte das responsabilidades educativas da sociedade civil. Uma sociedade civil que se preze há-de assumir essas responsabilidades, não porque a lei a isso obriga, mas porque a ética manda, designadamente nas arenas sociais multiculturais.

A fim de vivermos juntos nessas arenas não temos que esperar que seja a lei, isto é, o direito, a impor as atitudes e os comportamentos adequados. O direito, não obstante estabelecer limites à actuação das pessoas e de produzir interpretações com um grande valor simbólico para a acção, pouco pode fazer pela convivialidade e a interculturalidade: «Não pode advertir as pessoas que se devem respeitar mutuamente; não pode fazer que se associem... e não pode sancioná-las por serem indiferentes ou egoístas, ou até intolerantes, a menos que esse egoísmo as leve a violar os direitos dos outros» (Nussbaum, 2009, 365).

As leis não resolvem todos os problemas e serão extraordinariamente limitadas quando se tratar de instituir o pluriculturalismo convivial como novo paradigma de relacionamento social. Mais do que de leis, ou da força do direito, precisamos dos bons ofícios da sociedade civil. É a sociedade civil que melhor pode limar as arestas dos comportamentos incívicos e introduzir, nas mentes e nos corações das pessoas, as disposições interculturais e conviviais mais apreciadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste segmento final, mais do que uma sistematização ou uma recapitulação de posições e argumentos, importa destacar o alcance pedagógico do nosso propósito (a revalorização do papel educativo da sociedade civil nas arenas sociais multiculturais) e perguntar se ainda há lugar, nos espaços urbanos cosmopolitas, para medidas que ajudem a implementar o pluriculturalismo convivial como novo paradigma de relacionamento social.

A revalorização do papel educativo da sociedade civil tendo em vista a construção de futuros sociais viáveis (e sustentáveis) nas arenas multiculturais das grandes áreas urbanas tinha um sentido implícito e uma intenção subjacente: dar corpo e textura a uma plataforma orientativa das acções educativas dos vários agentes da sociedade civil que mais directamente intervêm na configuração de atitudes e

comportamentos. Ou seja, procurou-se, através de ideias e argumentos, desenhar o horizonte normativo e orientativo da praxis educativa da sociedade civil em contextos desafiados pela confluência de culturas estranhas entre si e potencialmente conflituosas.

As acções educativas da sociedade civil, apesar do carácter essencialmente informal e não formal, não devem ser cegas do ponto de vista pedagógico, tanto mais se as queremos consagradas à institucionalização do pluriculturalismo convivial. Urge definir o seu referencial normativo e isso deve incorporar, em termos de orientações pedagógicas, a promoção de virtudes cívicas (como a moderação na afirmação das diferenças culturais, a civildade, a disposição para a interacção dialogante e o convívio com a alteridade cultural, o senso de justiça e o senso de universalidade), o alargamento de horizontes cognitivos relativamente às culturas em presença no espaço urbano cosmopolita, o desenvolvimento de competências interculturais, a re-educação dos afectos, a socialização na diversidade e, ainda, o desenvolvimento de um amplo olhar cosmopolita sem ênfase essencialista na diferença e sem dissolução, dessa mesma diferença, no céu estrelado do universalismo abstracto.

O alcance pedagógico do nosso propósito fica assim explicitado e dá a exacta medida da revalorização educativa da sociedade civil em arenas sociais multiculturais. Com esta operação de revalorização não entramos, nem no que se poderia chamar «idealização sem *nuances* dos méritos pedagógicos da sociedade civil» nem alinhamos, imprudentemente, pela concomitante desresponsabilização do Estado no que concerne a urgente necessidade de alavancagem institucional do pluriculturalismo convivial nas áreas urbanas cosmopolitas. A tarefa é demasiado grande e complexa para ficar apenas a cargo de um dos protagonistas. Também aqui, é um erro colocar Estado e sociedade civil em alternativa. A sociedade civil não substitui o Estado nem este a sociedade civil. Precisam de trabalhar juntos para que o pluriculturalismo convivial seja uma realidade nas cidades. Assim, cabe perguntar se ainda há lugar, nestes meios, para uma acção concertada de Estado e sociedade civil em torno do pluriculturalismo convivial e que medidas estariam implicadas nesse protagonismo conjunto.

A acção conjunta é necessária e passaria, antes de mais, pelo aproveitamento e potenciação de mecanismos entretanto criados pelas políticas de governação das cidades educadoras, como, por exemplo, os Projectos Educativos de Cidade ou os Planos para a Convivência (Roig, 2007; Novella, 2010). Os caminhos seguidos pelas políticas locais para a integração dos imigrantes e a participação dos agentes sociais não governamentais também seriam de levar em linha de conta e aqui remetemos, pela sua exemplaridade e actualidade no caso português, para programas e referências de boas práticas incluídos no nº 6 de 2010 da *Revista Migrações* –uma publicação que é patrocinada pelo Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural e que se encontra disponível no sítio <http://www.oi.acidi.gov.pt>.

Por fim, e atendendo às implicações da nossa argumentação e posições, gostaríamos que Estado e sociedade civil se envolvessem na negociação de

Pactos Territoriais Locais para a Convivialidade Cultural, nomeadamente através de associações e autarquias, e na construção de Espaços Municipais Interculturais onde estariam sediadas agremiações culturais de mais diversa índole e onde se realizariam actividades (educacionais, culturais, formativas, recreativas) a fim de potenciar encontros e novas sociabilidades, mais abertas e mais amigas da pluralidade cultural.

O que importa, verdadeiramente, é aproveitar as sinergias de Estado e sociedade civil no combate ao solipsismo comunitário reinante nas grandes cidades e às relações de desconfiança nesses meios. Se não for assim, «as nossas cidades terão uma aparência horrível e serão lugares desagradáveis para se viver» (Judt, 2010, 75).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPIAH, K. A. (2007) *Cosmopolitismo. La ética en un mundo de extraños*. Buenos Aires/Madrid, Katz.
- (2008) *Mi cosmopolitismo*. Buenos Aires/Madrid, Katz.
- BARBOSA, M. (2010) Educação e desafios da multiculturalização: uma pedagogia da sociedade civil. *Cadernos de Pesquisa*, 141, 993-1023.
- BAUMAN, Z. (2007) *Tiempos líquidos. Vivir en una época de incertidumbre*. Barcelona, Tusquets.
- (2008) *Archipiélago de excepciones*. Buenos Aires/Madrid, Katz.
- BECK, U. (2005) *La mirada cosmopolita o la guerra es la paz*. Barcelona, Paidós.
- BECK, U. e BECK-GERNSEIM, E. (2008) *Generación global*. Barcelona, Paidós.
- BECK, U. e GRANDE, E. (2006) *La Europa cosmopolita. Sociedad y política en la segunda modernidad*. Barcelona, Paidós.
- BENNETT, T. (2008) Culture et différence: les défis du multiculturalisme, en BONET, L. e NÉ-GRIER, E. (dirs.) *La fin des cultures nationales?* Grenoble, La Découverte/PACTE, 19-31.
- CAILLÉ, A. (2011) Du convivialisme vu comme un socialisme radicalisé et universalisé, en CAILLÉ, A.; HUMBERT, M.; LATOUCHE, S. e VIVERET, P. (eds.) *De la convivialité. Dialogues sur la société conviviale à venir*. Paris, La Découverte, 73-98.
- CASTLES, S. (2005) *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa, Fim de Século.
- CHIURI, M.; CONGLIO, N. e FERRI, G. (2010) *O exército dos invisíveis. Aspectos económicos da imigração clandestina*. Coimbra, Almedina.
- GALLI, C. (2010) *La humanidad multicultural*. Buenos Aires/Madrid, Katz.
- GIDDENS, A. (2007) *Europa en la era global*. Barcelona, Paidós.
- GIL, F. (2008) Ciudadanía y humanidad. La educación en el disenso. *Teoría de la Educación*, 20, 25-44.
- GROPAS, R. (2007) Cohésion sociale et culturelle en Europe, en GEREMEK, B. e PICTH, R. (dirs.) *Visions d'Europe*. Paris, Odile Jacob, 219-229.
- HABERMAS, J. (2008) *Entre naturalisme et religion. Les défis de la démocratie*. Paris, Gallimard.
- HÖFFE, O. (2005) *A democracia no mundo de hoje*. São Paulo, Martins Fontes.

- JUDT, T. (2010) *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Lisboa, Edições 70.
- KYMLICKA, W. (2003) *La política vernácula. Nacionalismo, multiculturalismo y ciudadanía*. Barcelona, Paidós.
- (2004) *Estados, naciones y culturas*. Córdoba, Almuzara.
- NAÏR, S. (2006) *Y vendrán. Las migraciones en tiempos hostiles*. Barcelona, Bronce.
- NOVELLA, A. (2010) La formación de la cultura cívica desde el mundo local, en PUIG, J. M. (coord.) *Entre todos. Compartir la educación para la ciudadanía*. Barcelona, ICE-HORSORI, 183-196.
- NUSSBAUM, M. (2009) *Libertad de conciencia. Contra los fanatismos*. Barcelona, Tusquets.
- PNUD (2009) *Relatório de desenvolvimento humano*. Coimbra, Almedina.
- POSE, H. (2006) *La cultura en las ciudades. Un quehacer cívico-social*. Barcelona, Graó.
- REQUENA, F. (2008) *Redes sociales y sociedad civil*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- ROIG, M. (2007) Barrios, pueblos y ciudades educadoras: los proyectos educativos de ciudad, un ejercicio de corresponsabilidad, en MERINO, A. e PLANA, J. (coords.) *La ciudad educa. Aportaciones para una política educativa*. Barcelona, Del Serbal, 173-186.
- SÁEZ ALONSO, R. (2008) Emigración, sociedad civil, nueva civilización, en TOURINÁN, J. M. (dir.) *Educación en valores, sociedad civil y desarrollo cívico*. La Coruña, Netbiblo, 221-239.
- SASSEN, S. (2007) *Una sociología de la globalización*. Buenos Aires/Madrid, Katz.
- SAVATER, F. (2003) Las etnias contra los ciudadanos, en ECHEVERRÍA, F. (coord.) *Ética para la sociedad*. Valladolid, Universidad de Valladolid, 163-174.
- SEN, A. (2007) *Identidad y violencia. La ilusión del destino*. Buenos Aires/Madrid, Katz.
- SILJ, A. (2003) Globalización y migración, en BENEYTO, V. (dir.) *Hacia una sociedad civil global*. Madrid, Taurus, 423-448.
- SMITH, M. P. (2001) *Transnational urbanism: locating globalization*. Oxford, Blackwell.
- SUÁREZ-OROZCO, M. e QIN, D. (2006) Globalización: cultura y educación en el milenio, en GÓMEZ CAVAZOS (coord.) *Globalización y justicia internacional*. México, Fondo de Cultura Económica/Secretaría de Relaciones Exteriores, 129-177.
- VERBUNT, G. (2006) *La modernité interculturelle: la voie de l'autonomie*. Paris, L'Harmattan.
- VERTOVEC, S. e WESSENDORF, S. (2005) *Migration and cultural, religious and linguistic diversity in Europe: an overview of issues and trends*. Working Paper n.º 18. Centre on Migration, Policy and Society. Oxford, University of Oxford.
- VIDAL, I. R. e OLMOS, L. D. (2008) La mediación intercultural y la puerta hacia otro mundo posible. *Documentación Social*, 148, 133-155.
- VILLEGAS, J. C. e BELLIDO, E. M. (2008) *Razones para la igualdad. Inmigración y medios de comunicación*. Sevilla, MAD.
- WALZER, M. (2010) *Pensar políticamente*. Barcelona, Paidós.